



Ofício nº 130/2015 - CPI do Transporte Público do DF

Brasília, 01 de outubro de 2015.

Assunto: Nota de Repúdio

Senhor Governador,

No dia 18 de setembro de 2015 foi publicado o Decreto nº 36.762/15, que aumentou as passagens para os usuários do transporte público coletivo do DF em média 34,02%. O aumento máximo chega ao absurdo de 50% para as linhas que atualmente custam R\$ 2,00 e passarão a custar R\$ 3,00.

Esse aumento vem em desacordo inclusive com o que o atual Secretário de Mobilidade do Distrito Federal afirmou perante a Comissão Parlamentar de Inquérito do DF no dia 10 de agosto de 2015 que não estava nos planos do Governo realizar qualquer aumento no preço das passagens e que "um reajuste do valor e do preço da passagem deve vir acompanhado de uma melhoria da qualidade do serviço", fato este último que jamais aconteceu.

A nova forma de remuneração das empresas concessionárias, licitada na concorrência pública nº 01/2011, e objeto direto da investigação desta CPI do Transporte Público do DF, é extremamente danosa ao Distrito Federal, seja o ônus financeiro recaindo sobre o Tesouro local, com destinação de recursos que poderiam ser destinados à saúde e educação, seja recaindo esse ônus sobre nossa população, como é o caso do último aumento em vigor a partir da semana passada.

Para se ter ideia do tamanho da sangria que esses contratos de concessão geram às finanças do Distrito Federal no exercício de 2010, ano de início de vigência da subvenção da gratuidade do Passe Livre Estudantil, o gasto do DF foi de aproximadamente R\$ 66,1 milhões. Em 2015, há a previsão de gasto do DF da ordem de R\$ 491,7 milhões. Um aumento igual a 643,87%!!!

No atual momento de esgotamento financeiro do Estado, estão em andamento iniciativas desenvolvidas pela CPI do Transporte, pelo Tribunal de Contas e pela Controladoria do DF com o objetivo de rever a forma de cálculo das tarifas, com vistas a diminuir o ônus para o Estado, sem repassar a nossa população qualquer aumento. Nesse sentido é INADMISSÍVEL a saída encontrada pelo Governo do Distrito Federal em repassar integralmente o ônus financeiro desse nefasto e



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI do Transporte Público do DF



desarrazoado modelo de remuneração às empresas concessionárias a nossa população, causando um verdadeiro estrangulamento nas camadas sociais mais desprotegidas e que mais necessitam de assistência do Governo.

Deputado Bispo Renato Andrade
Presidente da CPI do Transporte Público do DF

Recebido em
09/10/15

A Sua Excelência o Senhor
Rodrigo Rollemberg
Governador do Distrito Federal
Palácio do Buriti
NESTA